JUDICIÁRIO

Caso Marielle: ataque a delator

Acusado do crime, Domingos Brazão diz que Lessa é "marginal sem escrúpulos" e afirma que preferia ter morrido no lugar da vereadora

» RENATO SOUZA

cusado de ser um dos mandantes do assassinato de Marielle Franco, o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro Domingos Brazão afirmou que foi delatado por Ronnie Lessa porque o ex-policial militar precisava "encontrar uma saída" para a situação dele. Ressaltou que o ex-PM já estava preso por outros crimes quando foi apontado como o autor dos disparos que mataram a vereadora e o motorista dela, Anderson Gomes.

As declarações do conselheiro foram dadas em depoimento ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ele disse que não conhece Ronnie Lessa, repetindo o que disse o irmão, o deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido), também suspeito de ser mandante do homicídio. Na segunda-feira, em depoimento ao STF, o parlamentar enfatizou não conhecer o delator.

Domingos Brazão negou envolvimento no homicídio e afirmou: "Eu preferia ter morrido no lugar da Marielle".

O conselheiro disse que a primeira vez que viu Lessa foi em transmissões de televisão, após o crime. Questionado sobre o motivo de ter sido incriminado pelo ex-PM, o conselheiro afirmou que foi por ser "o lado mais vulnerável".

"Nunca vi esse senhor. A primeira vez que vi a imagem do Ronnie Lessa, me parece que foi no IML. Parecia que ele estava saindo do exame de corpo de delito. Vi na televisão", sustentou o conselheiro, que, a exemplo do irmão, também chorou na audiência, ao citar os filhos.

Segundo ele, a delação foi uma tentativa de Lessa de se livrar das acusações. "Penso eu que isso só passou na cabeça dele após a delação do **Elcio (Queiroz)**. Quando o Elcio delata ele, ele tinha de buscar uma saída para resolver o seu problema. Ele é do Rio e acompanhou muitas coisas. O vereador Marcello

Fellipe Sampaio /STF

Outro delator

O ex-PM Élcio Queiroz confessou que dirigiu o carro usado no ataque a Marielle Franco. Ele fez delação premiada e apontou outros envolvidos no homicídio.

Siciliano, que era amigo dele de copo (de bar), disse que eu era metido", completou Brazão.

Ele classificou como "narrativa" a delação de Lessa. "Um marginal sem escrúpulos, preparado, que conhecia os dois lados, tanto da polícia, das duas polícias, deve ter percebido a oportunidade. Mas não tem nada maior que a verdade. Então ele construiu uma narrativa", frisou. "Parte dessa história é verdade. Ele realmente matou, com o Élcio. Ele começa a mentir para proteger seu comparsa, se dar bem e empurrar essa situação para quem estiver mais vulnerável."

Questionado sobre o motivo que levaria Lessa a incriminar, também, Chiquinho Brazão, respondeu: "Acredito que primeiro ficou só eu. Foram vários anos em cima de mim. Essa questão do meu irmão apareceu no último mês. Eu acredito que buscaram ali um caminho. Acho que uma das coisas é porque o Chiquinho tinha sido vereador, ao lado dela. Em 2017, o Chiquinho pouco estava indo à Câmara. Ele já estava rodando o estado. Botaram a tese de que a Marielle iria atrapalhar os planos futuros do Chiquinho. O plano futuro do Chiquinho era Brasília".

Conforme Brazão, a citação ao irmão dele foi uma maneira de levar o caso para julgamento no Supremo. "Não vejo outra coisa, pois isso ficou no STJ (Superior Tribunal de Justiça) não sei quanto tempo. Em quatro dias, foi decidido no STF. Não estou criticando, mas em quatro dias foi homologado e saiu isso daí."

Domingos Brazão foi ouvido no STF pelo juiz Airton Vieira, auxiliar do gabinete do ministro Alexandre de Moraes.



Domingos Brazão chorou no depoimento. Ele está detido no presídio de segurança máxima de Porto Velho

Sala liberada após incêndio



Depois de uma vistoria, ontem, o Corpo de Bombeiros liberou a sala que foi atingida por incêndio no STF na segunda-feira. De acordo com a Corte, "os bombeiros entrevistaram funcionários e servidores que estavam no local no momento do incêndio, além de engenheiros do tribunal". Os militares também recolheram equipamentos para análise laboratorial. A previsão é de que o Supremo receba o laudo do incêndio em 30 dias.



Nunca vi esse senhor.
A primeira vez que vi
a imagem do Ronnie
Lessa, me parece que
foi no IML. Parecia
que ele estava saindo
do exame de corpo de
delito. Vi na televisão"

Domingos Brazão, conselheiro do TCE-RJ e acusado de ser um dos mandantes do assassinato

>>> Escolas cívico-militares

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizou, ontem, uma audiência pública para discutir o Programa Escola Cívico-Militar no estado de São Paulo. O objetivo da audiência, coordenada pelo ministro Gilmar Mendes, foi colher informações técnicas para que o tribunal possa decidir sobre duas ações diretas de inconstitucionalidade que questionam a lei estadual que instituiu o programa. As ações foram protocoladas individualmente por PSol e PT. As ações apresentadas no Supremo sustentam que esse tipo de modalidade de educação "cria um modelo de ensino sem respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), ao prever a presença de policiais militares em atividades escolares".

Dopp Suixote By Pança

Barroso: "É preciso lembrar as coisas boas que a gente fez no país"

Barroso defende atuação do Supremo

» MAYARA SOUTO

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, condenou ataques ao Judiciário, ontem, em evento sobre a democracia, realizado na Corte. Na cerimônia, estava presente o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defensor da proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita decisões monocráticas da Corte.

"Decidimos de acordo com a Constituição e a legislação. O papel do Judiciário sempre será desagradar alguém, sempre há algum grau de rejeição", frisou Barroso. O ministro acrescentou que o papel do STF é "preservar o Estado de direito e os direitos fundamentais" e que, dessa forma, "ninguém está imune a críticas". "Mas é preciso lembrar as coisas boas que a gente fez no país", enfatizou.

Barroso comparou a atuação do Supremo com uma autoestrada, que liga cidades, pessoas, famílias, mas que, às vezes, pode ocorrer algum acidente. "Ao fazer crítica, tem que lembrar o que fizemos de bom também", destacou.

A cerimônia de entrega do prêmio Dom Quixote e do troféu Sancho Pança, em homenagem ao livro de Miguel de Cervantes, teve por finalidade homenagear personalidades do mundo jurídico que se destacaram em defesa da ética, da justiça e dos direitos da cidadania.

a cidadania. O ministro Alexandre Moraes, do STF, recebeu o troféu Sancho Pança, concedido a quem já tem o Dom Quixote e continua com atuação relevante na área.

Lira, por sua vez, foi contemplado com o prêmio Dom Ouixote. Ele deixou a celebração sem falar com a imprensa. O presidente da Câmara tem defendido a PEC que limita as decisões monocráticas dos ministros do STF. "Não se busca suprimir ou extinguir a função jurisdicional do Supremo Tribunal Federal, tampouco há interferência em sua autonomia como órgão de controle constitucional. Ao contrário, o objetivo primordial da PEC é a racionalização do exercício de medidas cautelares e de decisões monocráticas, conferindo

maior previsibilidade e transparência à atuação judicial", afirmou Lira, ontem, em manifestação, após pedido do ministro da Suprema Corte Nunes Marques.

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), será agraciado com o mesmo prêmio. Ele não compareceu ao evento porque está em viagem. O ministro Cristiano Zanin, do STF, também recebeu a premiação.

Todos os homenageados passam a compor a Confraria Dom Quixote, que tem como chanceler Bernardo Cabral, relator-geral da Constituição de 1988, exsenador, ex-ministro da Justiça e ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).



ALEXANDRE GARCIA

O BRASIL ERA CONHECIDO POR CAUTELOSA POSIÇÃO DE EQUILÍBRIO EM SUA POLÍTICA EXTERNA. PRAGMATISMO SEM IDEOLOGIA. AGORA PARECE QUE ESTAMOS COM IDEOLOGIA FORA DAS RAÍZES

Rumos externos

O acidente doméstico do presidente Lula o livra de estar em Kazan ao lado de aiatolás e talibãs, além de alguns dirigentes autoritários que agora se reúnem no Brics ampliado, para fustigar os Estados Unidos. O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, que chefia a delegação brasileira, adiantou que não vai se falar em Ucrânia. Claro que não. Na terra do agressor vão falar no agredido? Nem vão falar das intenções da China sobre Taiwan, ocupação do Tibete, nem da decisão do Irã de extinguir o Estado de Israel, tampouco das proibições dos talibãs que impedem as mulheres de falar em público

e de ir além do 6º ano escolar no Afeganistão. Ninguém lá vai se queixar do regime cubano nem pedir que Maduro aceite o resultado da eleição e entregue o poder na Venezuela.

Na pauta, sim, substituir o dólar como moeda internacional de troca e criar alternativa para o acordo de Breton Woods, em que a maioria das nações do mundo criou o Banco de Reconstrução e Desenvolvimento, também chamado Banco Mundial, o FMI para socorrer as economias dos países signatários e exigir sanidade nas contas públicas e o GATT, o Acordo Geral de Tarifas, regulando o comércio internacional. Sugerem os antiocidente outros rumos, sob a condução da China e com financiamento do banco comandado por Dilma, lá sediado. Ela sugeriu que os financiamentos sejam em moeda local, mas não entrou no como fazer. Enquanto isso, o Irã deseja impor o islamismo ao mundo e já trata disso em relação à Europa.

A ex-presidente do Brasil começou na contramão da posição da delegação brasileira. Ela quer ampliar o número de participantes do Brics. Cerca de 30 países, inclusive Cuba, Nicarágua e Venezuela são pretendentes; falou em receber mais países do que ela denomina "sul global". O chanceler Mauro Vieira, um dia antes, havia expressado a decisão brasileira de estabelecer critérios para adesões. E o que se sabe é

que Brasil pressiona para não se aceitar Nicarágua e Venezuela. Não se falou, é claro, em critérios de liberdade, livre iniciativa, direito de propriedade, direitos humanos e democracia.

E o Brasil está lá, participando de tudo isso. A política externa de um país é o prolongamento da vontade nacional. E a vontade nacional brasileira não é nada disso. Se olharmos a expressão disso no voto, podemos dizer que o país está dividido pela metade, a valer a eleição de dois anos atrás, mas está majoritariamente ao lado do Ocidente e dos valores judaico-cristãos, na eleição mais recente. E a política externa brasileira atual contraria essa expressão nacional. Além disso, a Constituição, no artigo 4º, diz que nossas relações internacionais devem ser regidas pelo princípio, entre

outros, do "repúdio ao terrorismo e ao racismo". Nossa posição em relação a Israel fere esse princípio.

O Brasil era conhecido por cautelosa posição de equilíbrio em sua política externa. Pragmatismo sem ideologia. Agora parece que estamos com ideologia fora das raízes. Brasileiros deram sangue numa guerra contra ditadores, e agora somos associados a objetivos de ditadores. Milei percebeu a vaga no protagonismo ocidental e já instruiu todo o seu corpo diplomático a não apoiar, no planeta, nenhum projeto, documento, resolução ou declaração que contrarie os valores fundamentais da vida, liberdade e propriedade; nada que desestimule o crescimento e renda, no espírito da Declaração dos Direitos do Homem que é base da ONU.